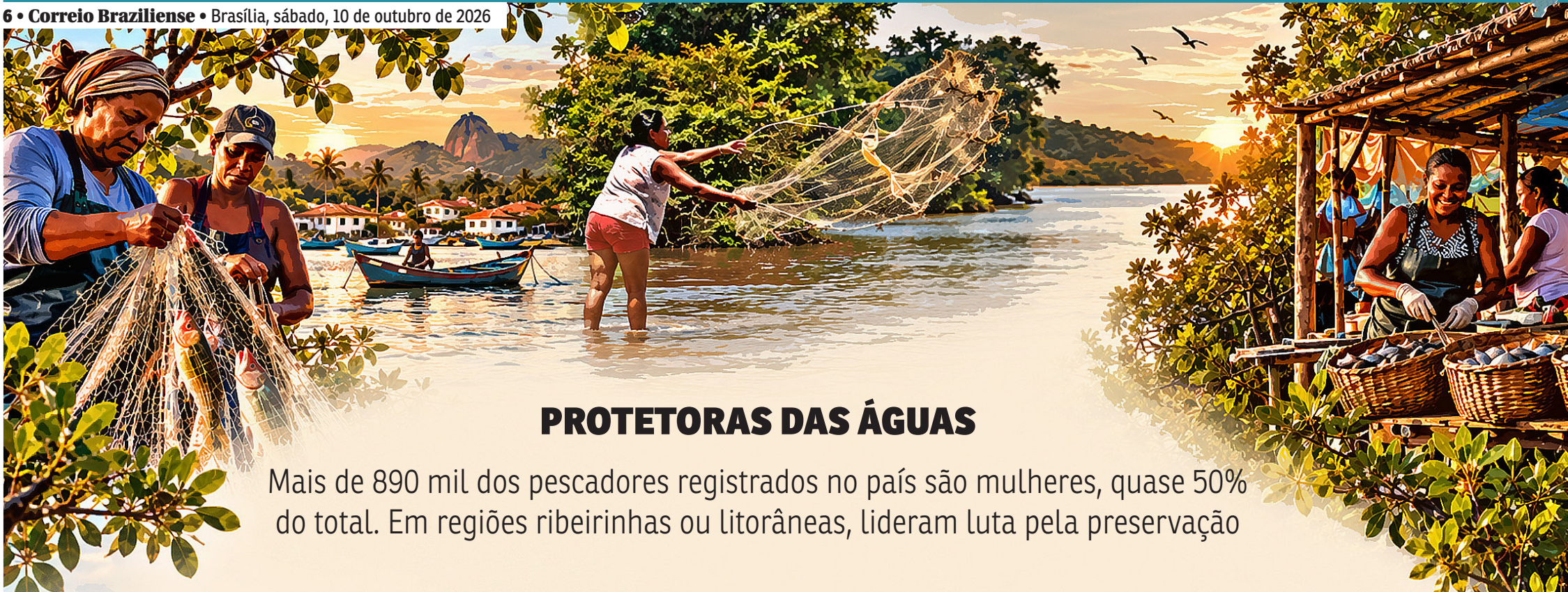




PROTETORAS DAS ÁGUAS

Mais de 890 mil dos pescadores registrados no país são mulheres, quase 50% do total. Em regiões ribeirinhas ou litorâneas, lideram luta pela preservação

Pescadoras em defesa do meio ambiente

» ALINE GOUVEIA
» ADRIANA BERNARDES
» MARIANA NIEDERAUER

Frequentemente associada à força física e ao trabalho em alto mar, a pesca costuma ser vista como um universo predominantemente masculino. Mas além da diversidade de atribuições na cadeia, a participação das mulheres no ramo é consolidada. Segundo dados do Ministério da Pesca, são cerca de 50% do total de pescadores no Brasil: 892.608 pescadoras artesanais num universo de 1,8 milhão. A invisibilidade imposta a elas acarreta perdas graves de direitos trabalhistas, de identidade e de acesso a benefícios.

O ministro da Pesca e Aquicultura, Edipo Araújo, destaca que as mulheres têm um papel fundamental na pesca artesanal brasileira, pois estão presentes em toda a cadeia da atividade, não apenas na captura, mas também no beneficiamento, na comercialização e na garantia da segurança alimentar das comunidades. É o caso de Joana Mousinho, 70 anos. Moradora da cidade de Itapissuma (PE), é pescadora há 62 anos e a primeira mulher eleita presidente de colônia e federação de pescadores no Brasil. Foi por meio da pesca que ela sustentou quatro filhos e ajudou a criar oito netos e seis bisnetos.

Joana vem de uma família de pescadores artesanais. Ela conta que, entre os principais desafios enfrentados pelas mulheres na pesca, está a falta de embarcações. “Muitas dependem de outras pessoas e, às vezes, precisam pagar para sair e pescar. Também enfrentamos a falta de estrutura adequada nas casas para cozinhar e beneficiar o pescado, os baixos valores pagos pelo produto e, em alguns momentos, a dificuldade para encontrar compradores”, diz.

A cerca de 1,8 mil quilômetros de distância de Joana vive Néia Vieira, pescadora de 52 anos e moradora do município de Cariacica (ES). Ela atua na pesca artesanal desde

Divulgação/Pescadora de Diretos



A pernambucana Joana Mousinho é a primeira mulher eleita presidente de colônia e federação de pescadores do Brasil

os 18 anos, como marisqueira. Joana e Néia compartilham dos mesmos desafios. “Em toda a minha vida na pesca tive muitos desafios, um deles é o não reconhecimento, com as falas machistas de que ‘mulher não é pescadora, e sim ajudante do homem’. Por mais que sejamos maioria, ainda somos invisibilizadas. Infelizmente, nosso trabalho ainda não é valorizado como esperamos”, diz Néia.

Hoje, os dados do ministério sobre o número de pescadoras se baseiam em registros oficiais, feitos pelos pescadores no sistema do Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP). Entidades que acompanham a atividade defendem a implantação de um Censo da Pesca, que traria dados mais precisos sobre quem atua nessa cadeia produtiva. “A pesca mudou muito com o tempo e, felizmente, as mulheres passaram a ocupar mais espaços, tanto na atividade em si quanto na formulação de políticas públicas. E se esta maré de mulheres empoderadas seguir crescendo, acreditamos que, em breve, poderemos mudar essa visão antiga sobre isso”, avalia a analista de campanhas da ONG Oceana, Miriam Bozzetto.

Além de marisqueira, Néia é presidente da Associação de Pesca em Cariacica. Ela destaca que a lei atual sobre pesca não contempla totalmente as mulheres marisqueiras, por isso esteve envolvida na construção do PL 4789/2024, que estabelece uma nova

Arquivo pessoal



Josana Pinto, líder e pescadora no Pará

Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Pesca. A proposta visa a modernização da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, que atualmente rege a pesca e a aquicultura no país. O PL foi aprovado no Senado em março deste ano e aguarda votação na Câmara dos Deputados. A proposta é resultado de mais de 600 horas de reuniões e diálogos entre representantes do setor — incluindo demandas da pesca artesanal e da pesca industrial.



Acesse o especial completo, com vídeos e gráficos

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é a principal forma de fomento à pesca artesanal no país, com créditos concedidos via Caixa Econômica e Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), ambas levam em consideração as agendas e legislações ambiental, social e climática nos processos de gestão das operações. “A adoção de critérios socioambientais contribui para reduzir riscos, fortalecer a sustentabilidade da produção no longo prazo e conciliar geração de renda, inclusão produtiva e preservação ambiental”, diz a diretora de Crédito Digital para Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs) do BNDES, Maria Fernanda Coelho. Neste ano, o BNDES investiu R\$ 172,7 milhões via Pronaf para pesca e criação de peixes e outros frutos do mar.

Josana Pinto, pescadora e moradora de Óbidos (PA), destaca a necessidade de suporte para mulheres pescadoras que são mães solo. Ela também cita a importância do Pronaf, por viabilizar a compra de embarcações e aquisição de redes de pesca. Filha de agricultores rurais, Josana migrou para a pesca aos 18 anos e atua desde 1993 na comunidade Amador. Embora tenha optado por não utilizar o crédito do programa, ela observa que muitos pescadores da região se beneficiam dele.

Do ponto de vista ambiental, os oceanos têm papel estratégico em diversos aspectos. Martin Dias, da Oceana, explica que os correntes marítimas regulam o clima do planeta, ao passo que as algas que fazem a fotossíntese ajudam a sequestrar o gás carbônico e frear o aquecimento global. Os recursos pesqueiros dos oceanos são fonte estratégica na produção de alimento de alto valor nutricional para milhões de pessoas, além de contribuírem para o combate à fome e à desnutrição.

Incentivo e fomento

Martin Dias, diretor científico da Oceana, cita que há uma grande dificuldade de se efetivar políticas de fomento à pesca, como o acesso a recursos financeiros para melhorias nas cadeias produtivas, desde a captura até a venda final do pescado. “A insegurança jurídica no setor pesqueiro é grande, e isso afasta o investimento privado, dado o elevado risco”, diz. Há também um despreparo das próprias instituições bancárias para atender os pescadores, pois, de modo geral, desconhecem os modos de vida, desafios e especificidades, e não conseguem acessar devidamente esse público.

O ministro Edipo Araújo ressalta que o Ministério da Pesca e Aquicultura trabalha para ampliar o acesso das pescadoras às políticas públicas, ao crédito, à regularização, à assistência técnica e também às oportunidades de geração de emprego, renda e fortalecendo a autonomia. “É importante destacarmos e sempre lembrarmos que valorizar as mulheres pescadoras é valorizar a pesca artesanal brasileira, a segurança alimentar e a sustentabilidade nos nossos territórios e também das nossas águas”, afirma Edipo.

